

Pobre Amazônia

Augusto Marzagão

Volto a dizer que a tecnologia dos satélites de monitoramento agora expõe a devastação da Amazônia brasileira, iniciada há três décadas, como uma chaga cujas megadimensões e cujo estágio agudo já ninguém pode ignorar. E, por incrível que pareça, o avanço na vigilância especial em nada tem contido o processo de criminosa agressão à maior e mais rica floresta tropical do mundo, com a fantástica biodiversidade de sua fauna e flora. Pelo contrário, o desmatamento desse santuário ecológico nacional apresenta índices atuais além dos até aqui conhecidos, os quais já revelam um total de 532 mil quilômetros quadrados de terra arrasada. Quinze por cento de uma reserva florestal de quatro milhões de quilômetros já foram destruídos pelas queimadas (agravando o efeito estufa), pela derrubada maciça de árvores, pela transformação de várzeas em pastagens, pela garimpagem altamente poluente e outros fatores exterminatórios do ecossistema amazônico. Sem excluir os danos resultantes de erros de programas oficiais de colonização e desenvolvimento da região, baseados em diretrizes equivocadas ou simplesmente conduzidas às cegas.

Entre os vilões dessa calamidade ecológica, estão aqueles que todos conhecem — fazendeiros, posseiros, madeireiros, empresas agrícolas, pecuaristas — e os que se escondem na omissão, ou mesmo na cumplicidade, de organismos governamentais. Não é só a motosserra que substitui a cobertura florestal da Amazônia por vastas extensões inférteis e desérticas. Autoridades públicas, sobretudo do nível estadual, também contribuem para o desastre fechando os olhos ou abrindo as portas (até com incentivos) aos agentes do aniquilamento premeditado e sistemático. Para

culminar, os mecanismos de defesa ambiental do governo federal, ora dotado de um ministério específico, estão muito longe de dispor dos recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos necessários para uma ação fiscalizadora eficiente no território continental envolvido e para a rigorosa repressão e punição dos crimes ambientais, agora devidamente capitulados em legislação recente. O Ibama conta com umas poucas centenas de fiscais para cuidar das ilegalidades e clandestinidades praticadas num espaço de milhares de quilômetros quadrados. Como barrar, assim, o ímpeto devastador das companhias madeireiras malaias e de outras de procedência estrangeira? Como impor as regras de replantio dos projetos de abate e de manejo de florestas? Como alcançar com multas pesadas ou até com prisão os que derrubam as árvores além do limite permitido, e com larga margem de desperdício, ou desenvolvem atividades madeireiras marginais, contando inclusive com a conivência de agricultores — falsos agricultores — e de elementos das reservas indígenas?

A floresta amazônica, por condições peculiares do solo (argiloso ou arenoso, pobre de nutrientes) e do clima, não tem capacidade de auto-regeneração. A mão e a racionalidade humanas têm de entrar em campo para a recuperação das perdas — envolvendo também o recrudescimento de doenças como a malária — e, nessa altura, só um grande mutirão de esforços fará o caminho inverso da destruição do prodigioso habitat. O governo Fernando Henrique Cardoso conta agora com um ministro do Meio Ambiente, o deputado José Sarney Filho, cuja bagagem de conhecimentos sobre o problema da devastação amazônica — e da desertificação de outras regiões do território brasileiro, como ocorre no Rio Grande do Sul — já se vem ex-

teriorizando em idéias e projetos imbuídos de um novo ânimo criativo e mobilizador. Registre-se que no estado do Amapá a floresta não sofreu o processo predatório e muito se tem feito, programaticamente, em defesa do ecossistema e de suas potencialidades.

Sirva de exemplo, também, o esplêndido trabalho de conservação e reparação ambiental que a Petrobras realizou ao longo do trecho já concluído do gasoduto Bolívia—Brasil. Em vez de provocar qualquer tipo de impacto ecológico, a passagem dos tubos de aço foi acompanhada por uma rigorosa obediência aos manuais de preservação ambiental, incluindo obras e serviços pertinentes dentro dos mais modernos conceitos.

Quis o destino que o tesouro incalculável representado pela Amazônia ficasse em sua maior porção na terra do povo brasileiro. A natureza não nos deu aí solo fecundo, mas a floresta é um vasto respiradouro do planeta, a fauna e os rios têm incontáveis espécies, a flora é depositária de inúmeros insumos farmacológicos e medicinais — muitos ainda ir-revelados. Um quinto da água doce do planeta encontra-se nesses limites. Criou-se, portanto, para o Brasil um dever enorme em relação a esse patrimônio que não é só do nosso país, mas de toda a humanidade. Não há como repetir a trágica catástrofe da Mata Atlântica, atualmente reduzida a 7%, ou menos, do seu mapa original. Precisamos estar à altura dessa gigantesca e transcendente responsabilidade. Desproteger a Amazônia já é um imperdoável crime de lesa-terra. Entregá-la, sem reação, aos predadores das queimadas e dos desmates, nos colocaria numa posição de abdicantes da condição civilizada e do próprio direito aos frutos da vida.

**AUGUSTO MARZAGÃO
É JORNALISTA**

Class.	1301
Data	11/24/2002
Fonte	CP (primário)
Processamento	
Documentação	